

**REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 7.056 - DF (2018/0231748-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : CATARINA LEONOR SCHELL  
**REQUERENTE** : FONSECA & ASSIS - ADVOGADOS ASSOCIADOS  
**ADVOGADO** : TIAGO PIMENTEL SOUZA E OUTRO(S) - DF015243  
**REQUERIDO** : UNIÃO  
**REQSTE** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO**

Determinou-se “o pagamento desta requisição, condicionado à existência de dotação orçamentária, [...] mediante abertura de conta remunerada em nome dos beneficiários em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 12 da Instrução Normativa STJ n. 3/2014)” (fl. 15).

A União requereu a suspensão deste requisitório até o julgamento definitivo do RE n. 870.947/SE. Argumentou que, como o Supremo Tribunal Federal conferiu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos nos autos desse recurso, aplicar, antes da modulação de efeitos, o que fora decidido poderá causar grave prejuízo aos cofres públicos.

O Presidente da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça não conheceu do pedido da União. Todavia, ao discorrer sobre o RE n. 870.947/SE, pontuou que “o sobrestamento, por se relacionar apenas ao índice de correção, não interfere no imediato cumprimento da execução. Vale dizer, o sobrestamento deverá se dar com o bloqueio da diferença entre os índices de correção monetária adotados antes do julgamento do RE n. 870.847/SE e aquele firmado em repetitivo por esta Corte, após o julgamento do referido recurso. Os valores bloqueados relativos à diferença deverão permanecer em conta vinculada até que se julgue, em definitivo, o tema pelo STF. Após o julgamento, se for o caso, a parte poderá levá-los” (fl. 308).

É o relatório. Decido.

Ante o exposto, nos termos da decisão proferida pelo Presidente da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, **determino o pagamento do montante principal desta requisição, com a observação de que o valor controvertido deverá ficar bloqueado até posterior decisão do Juízo da execução.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente

